



RELATÓRIO DA DIRETORIA

Avisos: 1) : As demonstrações financeiras apresentadas são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. **2)** As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <https://www.brasal.com.br/demonstracoes-financeiras/>

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020					
(Valores expressos em milhares de Reais)					
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	184	154	944	156
Adiantamentos		-	100	-	2.537
Contas a receber	5	-	-	1.337	-
Partes relacionadas	11	957	-	-	-
Tributos a recuperar		71	541	71	541
Despesas antecipadas		-	-	-	970
Outros ativos		42	-	132	-
Total ativo circulante		1.254	1.795	2.484	4.204
Não circulante					
Investimento	6	70.031	6.712	-	262
Imobilizado	7	475	26.430	67.721	32.552
Intangível		7	8	7	9
Total ativo não circulante		70.513	33.150	67.728	32.823
Total do ativo		71.767	34.945	70.212	37.027

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Circulante					
Fornecedores	8	10	64	902	2.147
Empréstimos e financiamentos	9	5.170	3.800	5.170	3.800
Obrigações trabalhistas		294	117	297	117
Tributos a recolher		55	30	208	30
Outros passivos		21	8	20	8
Total do passivo circulante		5.550	4.019	6.597	6.102
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	9	21.332	26.340	21.332	26.340
Partes relacionadas	11	21.321	1	-	-
Total do passivo não circulante		42.653	26.341	21.332	26.340
Patrimônio líquido	12				
Capital social		31.100	7.000	31.100	7.000
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	1.400	-	1.400
Prejuízos acumulados		(7.536)	(3.815)	(7.536)	(3.815)
		23.564	4.585	23.564	4.585
Participação de não controladores		-	-	18.719	-
Total do patrimônio líquido		23.564	4.585	42.283	4.585
Total do passivo e patrimônio líquido		71.767	34.945	70.212	37.027

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS—CONTINUAÇÃO
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional
A Brasal Energia S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede em Brasília, DF. Foi constituída em 09 de março de 2018 e possui como objeto social a geração e o comércio atacadista de energia elétrica, o comércio atacadista de máquinas e equipamentos de produção e armazenamento de energia elétrica, a prestação de serviços de instalação e manutenção elétrica, a prestação de serviços de engenharia bem como a realização de estudos e projetos comerciais, industriais e de serviços, e a sua implantação, a intermediação e assessoria de negócios, no país ou no exterior, importação de bens e serviços, e a participação em outras sociedades como sócia quotista ou acionista, operando como holding de instituições não financeiras.

Participação societária na Verde 2 Energética S.A.
Em 19 de fevereiro de 2021, através de Assembleia Geral Extraordinária, os então acionistas da Verde 2 Energética S.A. ("Verde 2") aprovaram por unanimidade o aumento do capital social através da emissão de 28.927.014 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, das quais 28.120.243 ações foram subscritas pela Companhia, a qual lhe concedeu o controle das operações da Verde 2 através do acordo de investimento realizado entre as partes.

A Verde 2 sagrou-se vencedora no Leilão de Geração nº 4/2019 promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para instalação de empreendimento hidrelétrico na modalidade de Pequena Central Hidrelétrica no Município de Rio Verde, Estado de Goiás ("PCH Verde 2 Baixo"), conforme Nota Técnica nº 1/2020- CEL/ANEEL, de 10 /01/2020, Despacho nº 50, de mesma data, e Aviso de Homologação e Adjudicação do Leilão A-6, datado de 21/01/2020 2020 e publicado à página nº 117 do Diário Oficial da União, em 24 /01/2020.

No escopo de principais exigências regulatórias está a construção da PCH Verde 2 Baixo, localizada às coordenadas 17° 16' 1,65" S e 50° 51' 45,21" W, no Rio Verde, na sub-bacia 60, na bacia hidrográfica do Rio Paraná, com potência instalada de 22.500kW, conforme especificações contidas no projeto técnico aprovado pela ANEEL por meio do Despacho nº 3.960, de 22/11/2013, bem como da autorização para sua exploração constante na Resolução Normativa nº 4.821, de 02/09/2014, no projeto básico aprovado pelo Despacho nº 154, de 18/01/2017, e parâmetros da garantia física fixada por meio do Despacho nº 3.046, de 19/09/2017.

O acordo de investimentos firmado prevê que a Verde 2 poderá precisar de recursos adicionais para a consecução do Empreendimento no valor de até R\$ 135.000, de modo que o investimento total no Empreendimento não ultrapasse o montante de R\$ 180.000 quando somados aos recursos próprios aportados pelos acionistas. Para garantir que a Verde 2 tenha todos os recursos financeiros necessários para tanto, os acionistas definem que as fontes de financiamento que atenderão às necessidades de aportes na Verde 2 serão, entre estas, mas não se limitando a: (i) geração de fluxo de caixa da própria Verde 2 e reinvestimento de seus resultados, observada a distribuição do dividendo mínimo obrigatório; (ii) aportes de capital a serem feitos pelos acionistas; (iii) mútuos a serem realizados pelos acionistas à Verde 2; e (iv) obtenção de financiamento com instituições financeiras.

Encontra-se, atualmente em fase de aquisição de áreas que serão impactadas pela construção da usina, contratação de empresas projetistas para elaboração do Projeto Básico e Projeto Executivo, bem como, de empresa para a execução da obra, que tem previsão de início em setembro de 2022, com expectativa de início de operação em fase de testes e ajustes em 2024, para a partir de janeiro de 2025, se dê a entrada em produção definitiva.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras
2.1. Base de elaboração e apresentação
As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas são usadas para, entre outros, a determinação da vida útil de bens e equipamentos, provisões necessárias para passivos contingentes, provisão para perdas esperadas, tributos e outros encargos similares. Baseado nesse fato, os resultados reais podem ser diferentes dos resultados considerados por essas estimativas.

Foram adotadas também as exigências regulatórias, pautadas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ajustado em 2021, pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, exercício em que promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica e instituiu o citado manual, contemplando além das instruções contábeis, o roteiro para divulgação de informações econômicas e financeiras, resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor, sendo as normas contidas no referido Manual de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2002.

a) **Demonstrações financeiras individuais e consolidadas**
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi aprovada pela diretoria em 11 de agosto de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e somente elas estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão das operações da Companhia.

2.2. Base de consolidação
As demonstrações financeiras incluem das operações da Companhia e das seguintes empresas controladas em 31 de dezembro de 2021 e 2020 apresentadas abaixo:

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020					
(Valores expressos em milhares de Reais)					
	Capital social	Capital a integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Participação de não controladores
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.000	-	266	(1)	1.265
Aumento de capital social	6.000	-	-	-	6.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	1.134	-	1.134
Prejuízo do exercício	-	-	-	(3.814)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	7.000	-	1.400	(3.815)	4.585
Adição por ganho de controle em investimento	-	-	-	-	18.747
Aumento de capital social	31.600	(8.900)	-	-	22.700
Integralização de adiantamento para futuro aumento de capital	1.400	-	(1.400)	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	(3.721)	(28)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	40.000	(8.900)	-	(7.536)	18.719

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS					
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020					
(Valores expressos em milhares de Reais)					
	Nota	2021	2020	2021	2020
Receita líquida	13	-	-	2.191	-
Custos de venda de energia e dos serviços prestados	14	-	-	(450)	-
Resultado bruto				1.741	-
Despesas gerais e administrativas	14	(3.017)	(3.772)	(3.630)	(3.775)
Equivalência patrimonial	6	970	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	14	(1)	(17)	40	(14)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(2.048)	(3.789)	(1.849)	(3.789)
Receita financeira	15	3	305	21	305
Despesa financeira	15	(1.676)	(330)	(1.676)	(330)
Resultado financeiro, líquido		(1.673)	(25)	(1.655)	(25)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(3.721)	(3.814)	(3.504)	(3.814)
Imposto de renda e contribuição social	10	-	-	(245)	-
Lucro antes da participação de não controladores		(3.721)	(3.814)	(3.749)	(3.814)
Participação de não controladores		-	-	28	-
Prejuízo do exercício		(3.721)	(3.814)	(3.721)	(3.814)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES					
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020					
(Valores expressos em milhares de Reais)					
	Controladora	Consolidado			
	2021	2020	2021	2020	
Prejuízo do exercício	(3.721)	(3.814)	(3.749)	(3.814)	
Resultado abrangente	(3.721)	(3.814)	(3.749)	(3.814)	
Total do resultado abrangente	(3.721)	(3.814)	(3.749)	(3.814)	
Atribuível a:					
Controladores	(3.721)	(3.814)	(3.721)	(3.814)	
Não controladores	-	-	(28)	-	

	Potência instalada (kw)	Natureza	Matriz	Participação - %	
				2021	2020
BE 01 Locação Inst. e Manut. Equip. Elétricos Ltda		Controlada		99%	99%
BE 02 Locação Inst. e Manut. Equip. Elétricos Ltda		Controlada		100%	99%
UFVB04 Locação Instalação e Manut. de Equip. Elétr. Ltda		Controlada		100%	99%
Verde 2 Energética S.A.		Controlada		60%	-

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- Eliminação das participações no capital, nas reservas e no lucro (prejuízo) acumulado das controladas e investimentos na controladora;
- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as controladas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados; e
- Eliminação dos encargos de tributos sobre a parcela de lucro não realizado, apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado

As principais operações de cada uma dessas empresas podem ser assim resumidas:

Empresa	Potência instalada (kw)	Natureza	Matriz	Início da operação	Operação
BE01 Locação Inst. e Manut. de Equip. Elétr. Ltda.	Em definição	Geração de Energia	Solar	2022	Projeto
BE02 Locação Inst. e Manut. de Equip. Elétr. Ltda.	3.000	Geração de Energia	Solar	2021	Operação
UFVB04 Locação Instalação e Manut. de Equip. Elétr. Ltda.	5.000	Geração de Energia	Solar	2021	Operação
Verde 2 Energética S.A.	22.500	Geração de Energia	Hídrica	2025	Projeto

Os principais saldos das controladas incluídos na consolidação foram efetuados como segue:

Ativo	31/12/2021				31/12/2020			
	BE01	BE02	UFVB04	Verde 2	BE01	BE02	UFVB04	
Circulante	1	56	2.056	74	1	1.396	1.012	
Não circulante	-	14.132	25.296	26.946	-	2.652	3.471	
	1	14.188	27.352	27.892	1	4.048	4.483	
Passivo								
Circulante	-	-	135	1.036	-	2.075	7	
Não circulante	-	-	-	-	-	-	-	
Adiantamento para futuro aumento de capital	1	-	442	-	-	1.972	4.477	
Patrimônio líquido	-	14.188	26.776	25.984	1	-	(1)	
	1	14.188	27.353	27.892	1	4.047	4.483	
Demonstrações dos resultados:								
Receita operacional líquida	-	-	2.191	-	-	-	-	
Custos de venda de energia e dos serviços prestados	-	-	(450)	-	-	-	-	
Lucro bruto	-	-	1.741	-	-	-	-	
Despesas operacionais	(1)	(266)	(237)	(68)	-	-	-	
Resultado financeiro líquido	-	-	19	(1)	-	-	-	
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	(1)	(266)	1.523	(69)	-	-	-	
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(245)	-	-	-	-	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(1)	(266)	1.278	(69)	-	-	-	

3. Políticas contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor, com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos em outros fins.

3.2. Contas a receber

Incluem os faturamentos de locação das Unidades Fotovoltaicas - UFV's. São registradas ao valor justo e classificadas como clientes, pois representam direitos fixos e determináveis e não são cotadas em mercado ativo; são mensuradas ao custo amortizado, para o qual não há impactos de juros; pelo fato das contas a receber ser liquidado normalmente em um prazo inferior a 90 dias, os valores contábeis representam substancialmente o valor presente na data do balanço.

3.3. Imobilizado

O imobilizado compreende máquinas, equipamentos e instalações, tais como, painéis elétricos, módulos foto-

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020				
(Valores expressos em milhares de Reais)				
	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(3.721)	(3.814)	(3.749)	(3.814)
Ajustes para reconciliação do resultado do exercício				
Depreciação e amortização	69	27	522	27
Resultado de equivalência patrimonial	(970)	(3)	-	(3)
Juros apropriados	1.409	-	1.409	-
	(3.213)	(3.790)	(1.818)	(3.790)
Variação nos ativos e passivos				
Contas a receber	-	-	(1.337)	-
Adiantamentos	-	(958)	-	(958)
Despesas antecipadas	-	-	-	-
Tributos a recuperar	470	(542)	470	(542)
Outros ativos	(42)	1.054	(132)	1.054
Fornecedores	(54)	62	(1.245)	62
Obrigações trabalhistas	177	98	180	98
Tributos a recolher	25	17	178	17
Outros passivos	13	2	91	2
Caixa líquido proveniente das operações	(2.624)	(4.057)	(3.613)	(4.057)
Juros pagos	(1.307)	-	(1.307)	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(3.931)	(4.057)	(4.920)	(4.057)
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Caixa e equivalentes de caixa adquirido em ganho de controle	-	-	516	-
Aporte de capital em investidas	(12.361)	-	-	-
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(1.680)	(26.362)	(14.030)	(26.360)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(14.041)	(26.362)	(13.514)	(26.360)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos	66	30.140	66	30.140
Pagamento de principal em empréstimos e financiamentos	(3.806)	-	(3.806)	-
Partes relacionadas	(958)	(6.708)	262	(6.708)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	1.134	-	1.134
Aumento de capital social	22.700	6.000	22.700	6.000
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	18.002	30.566	19.222	30.566
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	30	147	788	149
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	154	7	156	7
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	184	154	944	156



que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido.

3.7. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)
Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.
Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros incorridos.

3.8. Reconhecimento de receitas
A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e suas controladas, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.
Receita de locação e prestação de serviços
Refere-se à receita da locação dos ativos de micro e minigeração de energia fotovoltaica (UFV) para consumidores de energia de baixa e média tensão (sistema de compensação de energia) que compartilham os direitos econômicos destes ativos. A receita de aluguel é contabilizada pelo método linear, durante o período dos contratos de arrendamentos.

3.9. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro
i. Imposto de renda e contribuição social
A Companhia optou pelo regime de lucro real e suas controladas optaram pelo regime de lucro presumido. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base no resultado de cada exercício, ajustado na forma legal, sendo o imposto de renda calculado à alíquota de 15% sobre o lucro real acrescido de adicional de 10% sobre o lucro real anual excedente a R\$ 240 e pela contribuição social à alíquota de 9%. Conforme facultado pela legislação tributária, determinadas empresas consolidadas optaram pelo regime de tributação do lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda é calculada a razão de 8%, a da contribuição social a razão de 12% e 100% sobre as receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.
ii. Imposto de renda e contribuição social diferidos
O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e base negativa, bem como diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.
O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.
A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.
O imposto diferido ativo é compensado somente se alguns critérios forem atendidos.
As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.
Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

3.10. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas
As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

3.10.1. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos
A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.
3.10.2. Provisões para demandas judiciais
Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevân-

cia no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.11. Instrumentos financeiros
i) Reconhecimento, classificação, mensuração e desreconhecimento dos ativos financeiros
A Companhia reconhece os ativos financeiros na data da negociação na qual se toma parte das disposições contratuais do instrumento.
No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado abrangente, ou ao valor justo por meio do resultado.
Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão dos instrumentos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.
A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando as empresas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, essencialmente, todos os riscos e os benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelas empresas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou um passivo individual.
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia, em decorrência do seu modelo de negócio e características dos instrumentos financeiros ativos, classifica tais instrumentos como custo amortizado. Os ativos financeiros compreendem: caixa e equivalentes de caixa e outros ativos.
ii) Reconhecimento, classificação, mensuração e desreconhecimento dos passivos financeiros
Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais é reconhecida no resultado.
A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira.
A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia mantinha somente passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. Os passivos financeiros mensurados a custo amortizado compreendem: fornecedores, financiamentos e outros passivos.
iii) Compensação de ativos e passivos financeiros
Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.
iv) Instrumentos financeiros derivativos
A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

3.12. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)
A cada data de apresentação das demonstrações financeiras a Administração da Companhia apura se há indicação de perda no seu valor recuperável nos valores contábeis dos ativos não financeiros (imobilizado e investimentos, incluindo os ágios). Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Os fatores considerados pela Companhia e suas controladas incluem resultados operacionais de curto prazo, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Os valores recuperáveis de ágio são avaliados anualmente, independentemente da existência de indicadores de perda em seus valores recuperáveis. Nenhuma evidência de perda por não recuperabilidade foi identificada nos ativos não financeiros.

3.13. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas que não entram em vigor
Na data de elaboração das demonstrações financeiras, não havia normas ou interpretações emitidas ou alteradas, que pudessem ter impacto nas demonstrações financeiras.

3.14. Novas normas, alterações e interpretações dos pronunciamentos contábeis de aplicação obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2021
Na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações aos pronuncia-

mentos técnicos a seguir, emitidos pelo CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021.
Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.
As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:
■ Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado.
■ Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado.
■ Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.
Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis.
Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021.
As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.
Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.
A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021.
Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis

4. Eventos subsequentes

4.1 Debêntures

A Companhia emitiu debêntures simples no início do 1º trimestre de 2022, mediante oferta pública com esforços restritos (Instrução CVM 476/2009), no valor total de R\$ 110.000. As Debêntures serão administradas e operacionalizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3 ("B3") e terá como agente de liquidação a empresa Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro.
As Debêntures terão prazo de vencimento de 10 anos contados da data de emissão e as remunerações serão sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures com incidência de juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do DI - Depósito Interfinanceiro de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("Taxa DI"), acrescida de spread (sobretaxa) de 2,40% ao ano, base 252 dias úteis.
4.2 Projeto Ewok
Em sociedade com a Light e Cemig (grupos econômicos), a Companhia adquiriu, no início de 2022, quotas de participação societária na condição de controladora das Usinas PCH Dolores de Guanhões S.A, PCH Senhora do Porto S.A, PCH Jacaré S.A e PCH Fotuna II S.A que compõe a Guanhões Energia S.A. e PCH Paracambi denominada Lightger.
As PCHs já se encontram em fase operacional, com potência instalada de 44 MW e 25MW, Guanhões e Lightger S.A, respectivamente, com contratos negociados no mercado regulado de energia até 2032. A Companhia adquiriu o controle societário das empresas, correspondente a 51% de participação no capital social, no valor total de R\$ 206.400, sendo 49% das ações remanescentes geridas pela Cemig Geração e Transmissão S.A.

* * *

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas e aos Administradores da
Brasal Energia S.A.

Opinião com ressalva
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Brasal Energia S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
Base para opinião com ressalva
Conforme descrito na nota explicativa nº 2.2, a Companhia possui participação societária de 60% na controlada Verde 2 Energética S.A., cujo ativo imobilizado, em 31 de dezembro de 2021, possui o montante R\$ 18.720 mil pendente de conciliação e de levantamento documental, até a data de conclusão dos trabalhos de auditoria. Consequentemente, não foi possível obter evidência apropriada e suficiente de auditoria dos montantes de R\$ 11.232 mil na rubrica de investimentos nas demonstrações financeiras individuais e de R\$ 18.720 mil na rubrica do ativo imobilizado nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e determinar se havia necessidade de ajustes em relação à posição patrimonial individual e consolidada da Companhia nessa data ou no resultado individual e consolidado de suas operações no exercício findo nessa data.
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos
Auditoria dos valores correspondentes
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 03 de agosto de 2021, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
■ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção

relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
■ Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
■ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
■ Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
■ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
■ Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 11 de agosto de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Alexandre Dias Fernandes
Contador CRC DF-012460/O-2

